

Superior Tribunal de Justiça

TutPrv no HABEAS CORPUS Nº 523.477 - SP (2019/0217929-8)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
REQUERENTE : RODRIGO COURI DE ALMEIDA
ADVOGADO : MIGUEL TADEU GIGLIO PAGLIUSO - SP191029
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **pedido de tutela provisória** (fls. 73-75) em **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, impetrado em benefício de **RODRIGO COURI DE ALMEIDA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que a d. Defesa não teria sido intimada da sessão de julgamento de seus embargos de declaração, na qual pretendia realizar sustentação oral e impedir que o julgamento fosse virtual, assim, acompanhando o julgamento de seus recursos como um todo, do que foi impedida por não possuir uma senha.

Irresignada, a d. Defesa embargou do primeiro julgamento de seus embargos de declaração, recurso este que foi rejeitado, em v. acórdão assim ementado (fl. 18):

"Embargos de declaração - Alegação de omissão, contradição e obscuridade. V. Acórdão devidamente fundamentado - Pleito de nulidade do julgamento, sob o argumento de cerceamento de defesa. Inocorrência. Sustentação oral que poderia ser realizada independentemente de intimação, como prevê o Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça. Independe de pauta o julgamento de embargos declaratórios. Ressalvada disposição legal em sentido contrário, não haverá sustentação oral nos julgamentos de embargos declaratórios. O julgamento do recurso se deu de maneira presencial, em sessão de julgamento ordinária, não havendo qualquer vício ou nulidade em razão da não manifestação sobre a realização de julgamento virtual."

Superior Tribunal de Justiça

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa requer, inclusive LIMINARMENTE, *"o conhecimento do writ e a concessão da ordem impetrada, para o fim de RECONHECER A NULIDADE DOS JULGAMENTOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÕES, SEM A INTIMAÇÃO DA DEFESA, IMPEDINDO O REGULAR EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA, DETERMINANDO A REALIZAÇÃO E INCLUSÃO DE NOVA PAUTA DE JULGAMENTO, INTIMANDO A DEFESA DA DATA PARA PODER EXERCER O SEU DIREITO CONSTITUCIONAL e, por corolário, DECRETAR AS NULIDADES DE TODOS OS ATOS POSTERIORES AO JULGAMENTO DO PRIMEIRO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO APRESENTADO, FRENTE A MANIFESTA NULIDADE"* (fls. 14-15). Ainda *"a concessão do provimento cautelar pleiteado [...], saltando aos olhos a necessidade do deferimento do pleito liminar como medida de justiça"* (fl. 75).

Informações, às fls. 82-161.

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, verifica-se que a questão da falta de senha não foi debatida pelo eg. Tribunal de origem, não sendo possível sua análise em supressão de instância.

No mais, debatido no v. acórdão (fl. 21) que o pedido de sustentação oral em embargos de declaração deve ser comunicado ao oficial da câmara até o início dos trabalhos, o que, contudo, não é admitido em julgamento de embargos de declaração (art. 146, § 2º, RITJSP).

Por fim, o julgamento não foi virtual, mas presencial (fl. 22).

Sobre o caso posto em análise, julgado deste eg. Tribunal Superior: *"Acerca do pedido de intimação para entrega de memoriais, tal qual ocorre com os embargos de declaração, o recurso de agravo regimental é levado a julgamento sem a inclusão em pauta. Nesse sentido: 'O julgamento dos aclaratórios independem de inclusão em pauta, nos termos do artigo 258 do RISTJ, logo, diante da impossibilidade de entrega de memoriais,*

Superior Tribunal de Justiça

prescindível a intimação do causídico, já que os embargos são levados diretamente à mesa para julgamento sem intimação das partes. Precedentes' (EDcl no AgRg no RHC n. 66.898/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 20/10/2017)" (AgRg nos EDcl no HC 476.961/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, DJe 17/06/2019).

Além disso, verifica-se que o **pedido de tutela provisória tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser oportunamente analisado, após a oitiva do d. Ministério Público Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCABIMENTO DO RECURSO.

1. *É assente na jurisprudência deste Tribunal Superior o entendimento no sentido de que não é cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de Relator que, fundamentadamente, indefere pleito de liminar.*

2. *Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância.*

3. *Recurso não conhecido."* (AgRg no HC 348.622/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 28/03/2016)

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. *A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe agravo regimental contra a decisão do relator que, em habeas corpus, defere ou indefere a liminar, de forma motivada.*

2. *Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.*

Superior Tribunal de Justiça

3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 09/10/2017)

Por este motivo, **indefiro o pedido de tutela provisória.**

Abra-se vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

